



2016

Plano de
Atividades

PLANO DE ATIVIDADES 2016

O Plano de Atividades e Orçamento que agora se submetem à apreciação da Assembleia Geral são documentos criados a partir das opções da Mesa Administrativa que termina o seu mandato.

Com a aprovação no novo Compromisso, abre-se um novo tempo na nossa Instituição e, em abril de 2016, celebraremos os 90 anos da 1ª reunião da Mesa Administrativa, que teve lugar em 26 de Abril de 1926.

Muita Murtosa aconteceu ao longo destas 90 décadas: desde os primeiros anos de reorganização do Hospital-Asilo de S.Lourenço de Pardelhas, criado e doado à Câmara Municipal de Estarreja em 1899 pelo benemérito António José de Freitas Guimarães, a reestruturação de toda uma organização administrativa que funcionava em torno do Hospital-Asilo e da Creche, o financiamento das atividades então desenvolvidas e o esforço concertado para que a Misericórdia da Murtosa fosse crescendo.

Ecoam, ainda, nas paredes desta casa as palavras proferidas no dia 18 de Abril de 1926, na primeira sessão da Assembleia Geral da recentemente criada Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa, ouçamo-las:

“Sendo concedida a palavra ao Senhor Doutor Joaquim José Pereira Baptista, presidente da comissão, o qual, discursando largamente sobre as instituições de caridade no nosso paiz, aludiu especialmente à nascente Santa Casa da Misericórdia da Murtoza, dizendo ter constatado, por exemplo que tinha presenciado e descreveu com elequencia, que o povo da Murtoza é possuidor de carinhosos sentimentos altruistas e caritativos, dando-lhe isso toda a esperança de que a nossa Misericórdia ha-de a vir ter o melhor acolhimento entre este povo e um dia que não virá longe prestará aos necessitados das trez freguezias que elle abrange os melhores confortos e todo o beneficio e amparo de que elles carecem.”

Sublinho a data: 18 de Abril de 1926... 6 meses ANTES da emancipação da Murtosa. Não é acidental esta data, pois a maioria dos homens que ficaram à frente dos destinos da Misericórdia, eram os mesmos que já andavam a lutar pela emancipação do Concelho e que entraram para a história como “Os Percursores”. Ouçamos como foram escolhidos:

O senhor presidente propoz que fossem eleitos, por aclamação, para fazerem parte da meza administrativa no primeiro trienio os seguintes cidadãos: para provedor Antonio Vieira Pinto; para vice-provedor Joaquim Manuel da Silva Gravato; para secretario Doutor João Carlos Vaz da Cunha; para vice-secretario Antonio Augusto Valente d'Almeida; para tesoureiro Doutor Joaquim José Ferreira Baptista; para vogais Reverendos Padres Miguel Henriques e Adelino d'Almeida Paiva; para vogais substitutos José Bernardino Pereira, Antonio Tavares Cascaes e José Maria Tavares.

Sem dúvida que a passagem do tempo foi exigindo maior complexidade a esta organização e é certo que os Murtoseiros sempre souberam responder com generosidade e sentido de solidariedade. De uma caridade baseada



2016

Plano de
Atividades

na doutrina católica, foi-se evoluindo para um assistencialismo nacional e recentemente para um sistema de solidariedade social gerida pela Segurança Social do Estado Português. A centralização legislativa implicou que as Misericórdias e demais IPSS fossem esbatendo a sua personalidade própria em troca de participações financeiras, absolutamente indispensáveis para cumprimento dos seus objetivos. O Estado assumiu que as Misericórdias são suas parceiras nas diversas localidades, mas é uma parceria unilateral em que as Misericórdias aceitam cumprir os desejos do Estado em troca de dinheiro.

Não duvido que este sistema não é o melhor para a implementação de uma verdadeira Solidariedade Social, é apenas o melhor para um Estado demasiado centralizador e que olha para os seus parceiros com enorme desconfiança, acenando sempre com ameaças de renegociação dos acordos e mais e mais cortes nos financiamentos.

Fruto de uma sociedade excessivamente baseada nos seus direitos e sempre esquecida dos seus deveres, os povos olham para as Misericórdias como detentoras de enormes riquezas sem fim e com o dever de a todos responder com enorme qualidade e disponibilidade e sem qualquer necessidade de pagamento de serviços prestados, pois, acreditam, que os seus direitos são absolutos e inquestionáveis. Sejamos claros: este tipo de sociedade caminha para o seu fim a curto prazo, pois ninguém consegue satisfazer sempre os seus desejos à custa dos outros. Todos os dias sabemos de empresas que fecham portas, hospitais que apresentam falência técnica, escândalos de corrupção e, o pior, é que vamos achando que se trata de uma questão “normal”.

Ao terminar este tempo, com uma história de 15 anos à frente desta Misericórdia, podemos-nos orgulhar do trabalho que fomos fazendo e sentir que não fomos capazes de fazer tudo o que seria necessário. Deixamos uma Casa mais autónoma no seu dia-a-dia, com mais pessoal especializado para as diversas necessidades, pessoal melhor formado, e uma Instituição mais moderna e organizada e com mais respostas sociais que aquela que nos confiaram em 2001.

Fica o nosso agradecimento aos Irmãos que sempre souberam que os seus deveres de Pessoa são mais importantes que os seus direitos de cidadão.

A todos, o nosso obrigado.



Visão, Missão e Valores

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa, nascida em 1899 e definida estatutariamente em 1926, pretende ser um alicerce social no concelho onde se insere, podendo ser vista como uma entidade de referência para o cuidado de Idosos e Crianças e formação de Pais.

A sua missão centra-se na oferta e gestão de respostas sociais no âmbito da Infância, da Deficiência e dos Séniores, bem como na aposta na formação de Pais e do Apoio Familiar. O seu público-alvo reside no Concelho da Murtosa e situa-se nas faixas etárias já definidas.

Os seus valores ligam-se intimamente à moderna Doutrina Social da Igreja Católica, alicerçada nas Catorze Obras de Misericórdia e num código de ética e de conduta que advém dessa mesma postura social e religiosa.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa define-se, legalmente, como uma Instituição Privada de Solidariedade Social e, canonicamente, como uma Associação Pública de Fiéis.

Lar

Iremos dar continuidade à manutenção deste edifício, dentro das possibilidades e das necessidades.

Com o atraso da implementação do Novo Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020 – não conseguimos ainda candidatar algumas beneficiações desejáveis para o Lar, pelo que iremos continuar a aguardar que haja oportunidade para tal.

Entretanto, e ao longo dos últimos anos, temos renovado o tratamento das madeiras interiores e arranjo das paredes e respetiva pintura. Estes trabalhos têm sido levados a cabo com a ajuda dos funcionários ao serviço da Santa Casa.

SAD

Manteremos esta resposta social nos seus atuais padrões de qualidade em termos de prestação de serviços à comunidade.

Creche/Pré-Escolar/ATL

Esta resposta social tem mantido os seus níveis de qualidade habituais e temos intervindo na manutenção dos espaços. Terminado que está o período de garantia das obras do PARES II, foram reparadas as fissuras em algumas paredes, as cerâmicas do muro e a pintura dos espaços que urgiam ser tratados.



Formação

Com o aparecimento do “Cheque-Formação”, estamos a tentar perceber se há vantagens para os nossos colaboradores em aderir a este novo sistema, bem como continuamos ligados ao sistema de formação que vai sendo oferecida pela União das Misericórdias Portuguesas, de modo a mantermos as percentagens de pessoal formado, exigidas pela Lei Geral do Trabalho.

CAFAP

Foi assinado um novo acordo com a Segurança Social, tendo passado a Acordo Típico e alargado o seu âmbito de intervenção ao concelho de Estarreja. Este facto, imposto pela Segurança Social, significa mais trabalho para as mesmas pessoas, com a mesma participação da tutela. Assinámos o Acordo tendo em vista o trabalho que tem sido desenvolvido e a garantia da continuidade do esforço na melhoria das famílias que são alvo de intervenção a pedido dos Tribunais de Família e de Menores.

Patronato - Residências Autónomas

Esta resposta social da Santa Casa está a cumprir os seus objetivos. Os utentes continuam inseridos nas respostas sociais de Infância e de Lar da Santa Casa em termos de integração sócio-profissional. Ao longo deste tempo, percebemos que não podemos alimentar muitas esperanças de profundas alterações nas pessoas que ali residem. Se as Residências Autónomas foram criadas para dar resposta a pessoas portadoras de deficiência e que procuravam uma residência que os ajudasse a ultrapassar as suas dificuldades diárias, de modo a poderem manter um emprego, o facto é que os nossos utentes jamais serão autónomos o suficiente para procurarem e manterem um emprego. Assim, na realidade, o que temos é um lar para jovens deficientes dependentes. A nossa resposta mantém-se, de forma a garantir-lhes alguma ocupação diária nas várias valências que a Santa Casa mantém em funcionamento.

Edifício do Hospital

Mantemos o projeto de adaptar o edifício do Hospital, tanto mais que o Plano de Pormenor para aquela zona prevê a criação de um Centro de Saúde noutra local, libertando, assim, a totalidade do edifício do hospital. Tentaremos recorrer às diversas linhas de apoio que possam existir, ou que venham a ser criadas ao longo do tempo de modo a obter o máximo de financiamento público sem recorrermos ao crédito bancário.

Jardim do Hospital

Tendo em vista a criação de um espaço de usufruto para todos os nossos utentes (Lar, SAD, Infantário, Residências), vamos criar um espaço verde e jardim no atual espaço exterior do Hospital. Vamos recorrer à ajuda de profissionais para a definição dos espaços e, com a nossa mão-de-obra interna, iremos paulatinamente proceder a essa intervenção. Se temos um espaço agradável, vamos melhorá-lo para o oferecer aos nossos utentes.

⇒ MEMÓRIA JUSTIFICATIVA da CONTA PREVISIONAL

1 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – 931.333,00

Em 2016 não se prevê aumento do valor das mensalidades para as seguintes respostas sociais: ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), Centro de Dia, SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) e Residências Autónomas. Durante o próximo ano será aplicada a Circular n.º 4, de 16 de dezembro 2014, o que levará a acertos individuais (subidas ou descidas) nas mensalidades dos Utentes. As mensalidades relativas às respostas sociais da infância foram aumentadas no início do ano letivo (Setembro de 2015) e terão novo aumento no próximo ano letivo – 2016/2017.

2 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC) – 145.941,00

Prevê-se o aumento de 1,1% (Taxa de Inflação prevista para 2016) no valor do CMVMC. As compras serão uma preocupação constante, o estudo de mercado será no sentido das aquisições serem ao mais baixo custo, tendo em atenção a qualidade dos produtos e dos serviços. Assim, com base numa boa gestão de stocks aliado aos melhores preços de mercado, a Santa Casa prevê para o ano de 2016 um gasto de € 145.941,00.

3 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE) – 294.340,00

Na rubrica de fornecimentos e serviços externos prevê-se um aumento de 1,1%, que corresponde à taxa de inflação prevista para 2016. Está previsto um aumento superior à taxa de inflação na rubrica de conservação e reparação, consequência do envelhecimento do equipamento de lavandaria, cozinha e frota automóvel. Prevê-se uma diminuição no consumo de gás natural nas respostas sociais da infância (2015 foi um ano de deteção e ajustes de irregularidades no sistema de abastecimento de gás natural). Nas restantes rubricas os aumentos previstos são os correspondentes ao aumento generalizado dos preços no país.

	2016	2015
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	294.340,00	285.425,00
<i>Serviços especializados</i>	<i>65.289,50</i>	<i>54.851,71</i>
<i>Materiais</i>	<i>21.667,65</i>	<i>20.772,77</i>
- Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	4.623,12	6.484,43
- Material de Escritórios	4.538,97	2.511,72
- Artigos para Oferta	1.627,63	1.187,62
- Outros	10.877,93	10.589,00
<i>Energia e Fluídos</i>	<i>122.672,91</i>	<i>127.638,70</i>



2016

Plano de
Atividades



2016

Plano de
Atividades

- Eletricidade	39.895,67	39.762,26
- Combustíveis	7.978,34	9.588,92
- Água	15.486,39	15.938,47
- Outros	59.312,51	62.349,05
Deslocações, Estadas e Transportes	3.432,87	4.568,29
Serviços Diversos	81.277,07	77.593,53
- Rendas e Alugueres	0,00	0,00
- Comunicação	8.727,70	6.379,27
- Seguros	8.511,80	8.670,22
- Contencioso e Notariado	2.255,33	317,47
- Limpeza, Higiene e Conforto	60.182,21	61.058,11
- Outros Serviços	1.600,03	1.168,46

4 – GASTOS COM O PESSOAL – 1.540.239,00

Nesta rubrica prevê-se a manutenção dos postos de trabalho e as eventuais promoções e/ou progressões na carreira dos funcionários dos quadros da Instituição. O aumento de 0,4% da Taxa Social Única da entidade patronal. Está também previsto a candidatura à medida Contrato Emprego Inserção (CEI), do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para pessoas que se encontram desempregadas a auferir o subsídio de desemprego, bem como para pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção.

As demais alterações dever-se-ão à passagem à situação de pensionistas de alguns funcionários e à contratação de novos trabalhadores.

Rubricas	2016		2015	
	Mensal	Anual	Mensal	Anual
1. Remunerações Certas	91.281,83	1.095.381,95	90.637,96	1.087.655,50
2. Remunerações Adicionais	8.218,99	98.627,82	7.908,26	94.899,06
3. Subs. Refeição (gén)	4.949,17	59.390,00	4.949,17	59.390,00
4. Encargos s/ Remunerações	22.251,24	267.014,94	21.468,21	257.618,45
. TSU	21.487,94	257.855,33	20.722,88	248.674,51
. FGCT	9,71	116,48	7,35	88,21
. Seg. A. Trabalho	753,59	9.043,13	737,98	8.855,73
5. Med. Trabalho	387,50	4.650,00	376,67	4.520,00
6. Outros Gastos C/ pessoal	1.264,52	15.174,29	1.314,00	15.767,99
TOTAL	128.353,25	1.540.239,00	126.654,27	1.519.851,00



2016

Plano de
Atividades

5 – OUTROS GASTOS E PERDAS – 7.160,00

Nesta rubrica está previsto o pagamento das quotas à União das Misericórdias Portuguesas (UMP) - € 720,00, à Associação Lisbonense de Proprietários (ALP) - € 36,00 e donativos para fazer face a pessoas carenciadas – € 6.404,00.

6 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO – 1.036.810,00

	2016	2015
7511 – ISS, IP - Centro Distrital	1.036.810,00	988.591,00
<i>Lar de Idosos</i>	336.782,00	335.603,00
<i>Complemento P/ Lares Idosos</i>	5.265,00	0,00
<i>Vagas Cativas</i>	3.040,00	5.972,00
<i>Centro Dia</i>	17.135,00	16.518,00
<i>Serviço Apoio Domiciliário</i>	118.295,00	131.645,00
<i>Creche</i>	184.975,00	178.280,00
<i>Complemento P/ Creches (horário > 11h)</i>	5.780,00	5.780,00
<i>Jardim (Act. Educativas e de Apoio Social)</i>	130.462,00	125.410,00
<i>Compensação Salarial</i>	25.268,00	0,00
<i>ATL C/ Extensão Horário e S/ Almoço</i>	15.438,00	15.268,00
<i>Residência Autónoma I ("Patronato - 09")</i>	61.689,00	61.079,00
<i>Residência Autónoma II ("Quinta Pinheira - 07")</i>	61.689,00	61.079,00
<i>CAFAP</i>	44.640,00	44.857,00
<i>PCAAC</i>	5.960,00	7.100,00
7515 – Município (Subsídio Carnaval)	1.402,00	1.470,00
7519 – Projetos Financiados	15.480,00	20.689,00
7522 – Banco Alimentar	3.510,00	5.900,00

7 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS – 98.546,00

No que diz respeito à rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos", trata-se das rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento (€ 51.546,00), donativos (€ 16.000,00), horta pedagógica (€ 1.000,00) e ainda em imputação de subsídios de investimentos (€ 30.000,00).

8 – GASTOS DE FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS – (6.331,00)

Juros e Gastos similares Suportados	0,00
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	6.331,00

Resultado líquido Previsional do Período	-19.183,00
---	-------------------



2016

Plano de
Atividades

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS e DESINVESTIMENTOS – € 250.000,00

A Misericórdia vai candidatar-se ao novo quadro comunitário – “Portugal 2020” com o intuito de proceder à requalificação da estrutura residencial para pessoas idosas. Neste sentido, será necessário um projeto técnico de arquitetura que se prevê custar € 40.000,00 e a mudança de caixilharias que tem orçamento de € 106.944,00 e colocação de painéis solares que se antevê custar € 61.058,42.

Está previsto a aquisição de uma viatura (*mini bus*) com 17 lugares orçada em € 37.918,91, aquisição de uma marmita de aquecimento indirecto a gás orçada em € 4.078,67 e a aquisição pontual de um ou outro equipamento administrativo ou básico, que no decorrer do ano se verifique ser necessário para o bom funcionamento da Instituição. Em 2016 celebrar-se-á a escritura de compra e venda pela alienação dos artigos urbanos 7822 e 913, da Freguesia do Bonfim e Concelho do Porto pelo valor de € 250.000,00.

Murtosa, 22 de Novembro de 2015

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa